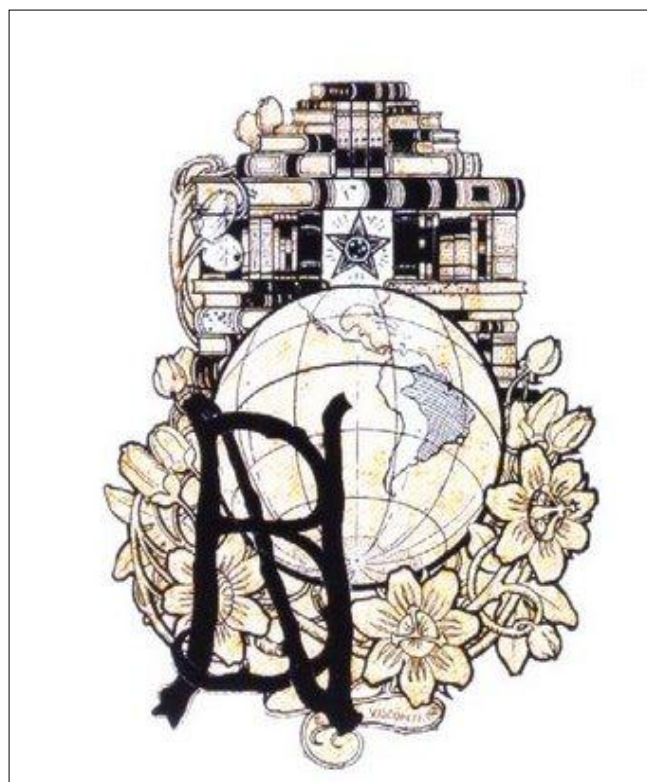




Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2011



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional – MinC




A PRODUÇÃO DA BIBLIOTECONOMIA LUSÓFONA NOS SÉCULOS XX E XXI NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL.

Vinícios Souza de Menezes



FOI HONTEM INAUGURADO O CURSO DE BIBLIOTHECO-
NOMIA, NA BIBLIOTHECA NACIONAL.





Resumo: O livro é a fonte originária do *logos* biblioteconômico, assim como da Bibliografia, Bibliologia e Documentação. Contudo, propõe-se pensar uma *bibliosophia*. Este texto trata do livro enquanto ser linguístico, veículo que torna possível a comunicabilidade e a circulação dos saberes, em especial, o biblioteconômico de contexto nacional. Nesta dimensão, o livro é percebido como um artefato cultural de grande prestígio intelectual e acadêmico, cultuado fortemente pela *intelligentsia* brasileira de forte formação francesa, que baseou a formação acadêmica brasileira, não sendo diferente com a Biblioteconomia. Desta maneira, o texto busca sinais, vestígios indiciários da presença do livro biblioteconômico no acervo da Biblioteca Nacional, diante do fato de esta instituição ter sido inaugural no ensino da Biblioteconomia no Brasil. A presença do livro biblioteconômico sinaliza marcas de uma “educação comum” e uma “literatura-padrão” do campo, para utilizar os termos kuhnianos. Logo, objetiva-se mapear o acervo retrospectivo da Biblioteca Nacional para identificar e organizar a produção editorial da Biblioteconomia lusófona ao longo dos séculos XX e XXI. A estratégia metodológica envolve pesquisa documental e técnicas bibliométricas.

Palavras-chave: História da Biblioteconomia brasileira. Produção editorial. Livros.
Biblioteca Nacional – acervo.

Abstract: The book is the original source of librarianship logos, as well as the Bibliography Bibliology and Documentation. However, it is proposed to think a *bibliosophia*. This text treats the book as being linguistic vehicle that makes possible the communicability and circulation of knowledge, especially of the librarianship national context. In this dimension, the book is perceived as a cultural artifact of great intellectual prestige and academic cult heavily by Brazilian intelligentsia strong French training, which based Brazilian academic, not being different with librarianship. Thus, it seeks signs, traces the presumptive presence of librarianship book in the collection of the National Library, given the fact that institution has been teaching inaugural Librarianship in Brazil. The presence of signals librarianship book marks a "common education" and a "standard literature" of the field, to use the Kuhnian terms. Therefore, the objective is to map the retrospective collection of the National Library to identify and organize the production of Librarianship editorial Lusophone along the XX and XXI century. The strategy involves desk research and bibliometric techniques.

Keywords: History of Brazilian Librarianship. Editorial production. Books. National Library - collection.



OS LIVROS E A BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA: CONTEXTO

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
Ele precisará sempre de outros galos.*
João Cabral de Melo Neto

No Brasil, em especial a partir do século XIX, quando foi fundada a Biblioteca Nacional (BN) e as primeiras bibliotecas estaduais, o livro apresentava um estatuto social de “[...] expressão da consciência universal”. (MANGUEL, 2006; FISCHER, 2006) Pedro Gomes Ferrão Castello Branco, que concebeu a Biblioteca Pública da Bahia, inaugurada em 4 de agosto de 1811, defendia que a fundação da biblioteca iria “remover o primeiro e maior obstáculo que se oferece à instrução pública, o qual consiste na falta de livros [...]” (BRANCO apud FONSECA, 1979, p. 24)¹ Desta maneira, a presença das bibliotecas em território nacional significava a possibilidade de acesso a essa “expressão da consciência universal” e, por consequência, à instrução pública propiciada pelos livros.


Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 158), a cultura da *intelligentsia* brasileira, no final do século XIX e início do século XX, era fortemente influenciada pelo “prestígio da palavra escrita, da frase lapidar, do pensamento inflexível [...]” Essa *intelligentsia* demonstrava um “apego bizantino aos livros” que parecia, muitas vezes, “penhor de sabedoria e superioridade mental”. (1995, p. 163) A respeito dos intelectuais, Sérgio Buarque de Holanda afirmava que,

Ainda quando se punham a legiferar ou a cuidar de organização e coisas práticas, os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações. Tudo assim conspirava para a fabricação de uma realidade artificiosa e livresca [...] (HOLANDA, 1995, p. 163)

A manifestação exemplar desse “apego bizantino aos livros” estava representada na imagem de D. Pedro II, protótipo da intelectualidade oficial da época. Tal singularidade levou Ramiz Galvão a dizer, em sua contribuição para a biografia do imperador, que:

O imperador dizia gostar dos livros com satisfação dos cinco sentidos, isto é, *visual*, pela impressão exterior ou aspecto do livro; *tátil*, ao manusear-lhe a maciez ou aspereza das páginas; *auditivo*, pelo brando crepitar ao folheá-lo;

¹ Tal propósito se estendia às demais bibliotecas que estavam sendo criadas por todo o território nacional: Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1858), Alagoas (1865), Ceará (1867) Amazonas e Rio Grande do Sul (1871) (FONSECA, 1979, p. 22)



olfativo, pelo cheiro pronunciado de seu papel impresso ou fino couro da encadernação; *gustativo*, isto é, o sabor intelectual do livro, ou mesmo físico, ao umedecer-lhe ligeiramente as pontas das folhas para virá-las. (GALVÃO apud HOLANDA, 1995, p. 165)

A representação do intelectual brasileiro foi condição *sine qua non* para o provimento do cargo de bibliotecário da Biblioteca Nacional, de acordo com os critérios do primeiro concurso, realizado em 1879. Antonio Caetano Dias (1955) considerou este concurso o primeiro grande passo da formação profissional em Biblioteconomia no Brasil. Atestando o alto grau de cultura humanística exigido dos candidatos à vaga, nesse concurso foram requeridos conhecimentos de História Universal, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Literatura, Catalogação de Manuscritos e traduções do Latim, Francês e Inglês, sendo aprovado o historiador e jornalista João Capistrano de Abreu. (CASTRO, 2000, p. 48) Realizado na gestão de Ramiz Galvão, o concurso idealizava um bibliotecário que fosse simultaneamente um erudito e um técnico. Segundo César Castro (2000, p. 50), os concursos de bibliotecário que se seguiram estavam modulados conforme a concepção francesa da *École de Chartes*, criada em Paris em 1821 e primeira escola do mundo direcionada para a formação de pessoal para bibliotecas e arquivos, que, por sua vez, influenciou os primeiros passos da Biblioteconomia brasileira.

O incondicional “amor às letras” e o “horror à nossa realidade cotidiana” não tardaram por pressionar os intelectuais, dentre eles os bibliotecários, a criar “um mundo fora do mundo” (HOLANDA, 1995, p. 162) Em 1911, na gestão de Manuel Cícero Peregrino da Silva, a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil representou uma tentativa de sanar as dificuldades existentes na BN em relação à qualificação de pessoal. (CASTRO, 2000, p. 53) Para entrar era necessário atender algumas exigências: prova escrita de Português e provas orais de Geografia, Literatura, História Universal e três línguas: francês, inglês e latim. (CASTRO, 2000, p. 54) Os critérios para inscrição eram muito próximos aos do concurso para bibliotecário instituído por Ramiz Galvão. O primeiro curso era composto por quatro disciplinas: Bibliografia, Paleografia e Diplomática (ministradas conjuntamente), Iconografia e Numismática. Essas disciplinas eram subdivididas em duas partes, uma teórica e outra prática, com programas bastante extensos e abrangentes. (CASTRO, 2000, p. 55-56) O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional funcionou regularmente até 1922.


Figura 1 – Sala das aulas do curso de Biblioteconomia de 1915



Fonte: Iconografia da Biblioteca Nacional.

Em 1931 a Biblioteca Nacional retoma os princípios do pioneiro curso de 1911. (1915) Com duração de dois anos, oferecia as seguintes disciplinas: no primeiro ano, Bibliografia, Paleografia e Diplomática (disciplinas que constavam do curso de 1915); no segundo ano, História Literária com aplicação à Bibliografia, Iconografia e Cartografia. Para ingressar eram necessárias certidões de aprovação nos exames de Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Geografia, História Universal, Corografia e História do Brasil. Observa-se que ambas as concepções curriculares do curso da BN enfatizavam a cultura geral, a “posse do saber clássico” em detrimento da técnica, ou seja, o bibliotecário aproximava-se muito mais do *philobíblion* (amante, amigo dos livros) do que de um técnico, um burocrata do livro. Saliente-se que na década de 1930 ainda eram válidas as diretrizes instituídas por Ramiz Galvão para o preenchimento do cargo de bibliotecário. (CASTRO, 2000, p. 60-61)

Resultado de um percurso distinto, o Curso Elementar de Biblioteconomia, ministrado no *Mackenzie College* de São Paulo pela bibliotecária estadunidense Dorothy Murriel Gropp, começou a ser oferecido em 1929. Diferente do curso de Biblioteconomia da BN, o do Colégio Mackenzie fugia à tradição francesa, sendo inspirado nos princípios e técnicas estaduni-



denses de tratamento bibliográfico. A partir de então e nas décadas seguintes, uma nova concepção do saber-fazer biblioteconômico é introduzida no Brasil. Uma visão pragmática das práticas biblioteconômicas conquistava adeptos e defensores: a primazia estava nas técnicas profissionais e não mais, como no modelo francês, na erudição e na posse dos saberes clássicos. O curso da BN adere ao novo paradigma em 1944². Percebe-se que não há diferenças significativas entre as disciplinas ministradas no curso da BN e em outros cursos de Biblioteconomia que começaram a surgir em São Paulo e no Rio de Janeiro, no final da década de 1930. O que há de distinto não são as disciplinas, mas a abordagem; é a perspectiva interpretativa da Biblioteconomia que se altera.

A prática da Biblioteconomia norte-americana alterou a relação dos bibliotecários com o livro. Dorothy Gropp (1940, p. 216), por exemplo, precursora do modelo pragmático no Brasil, considerava que as bibliotecas eram “antigas” e estavam fora do modelo quando os livros eram alinhados nas prateleiras “de acordo com o formato, visando principalmente dar uma aparência agradável ao arranjo”. Naquele período, os livros começaram a perder sua aura romântica e idealizada, passando a ser tratados de forma mecânica e racional, de acordo com funções especializadas, operacionalizadas segundo técnicas biblioteconômicas sofisticadas, tais como a catalogação e a classificação. Mais do que objetos de exuberância e fruição, os livros transformaram-se em instrumentos de trabalho, recursos centrais do saber-fazer do bibliotecário.

A influência da Biblioteconomia dos Estados Unidos que se inicia em São Paulo, acaba por se expandir para outros pólos do país, alterando definitivamente a formação dos bibliotecários brasileiros. A definitiva fixação dessa influência se verifica em 1962, quando da definição do primeiro Currículo Mínimo de Biblioteconomia³. Tal modelo é adotado até os dias atuais. No Quadro 1 observa-se a relação das disciplinas ministradas pelos cursos de Biblioteconomia promovidos no Rio de Janeiro e em São Paulo até 1962.

² Curso promovido na gestão de Rubens Borba de Moraes, bibliotecário, bibliógrafo e bibliófilo, que partilhava dos ideais pragmáticos da escola biblioteconômica americana.

³ Apenas uma disciplina do Currículo Mínimo de Biblioteconomia difere da lista oferecida pela escola paulistana no curso de 1960-1961 (cf. Quadro 1). Tal disciplina é Paleografia que de acordo com o Currículo Mínimo (RUSSO, 1966, p. 21-22) deveria ser oferecida no âmbito da Pós-graduação em Bibliologia. Além da base do curso de 1960-1961 de São Paulo, foram adicionadas duas disciplinas, História da Literatura e História da Ciência e da Tecnologia.

Quadro 1 – Disciplinas escolares: Rio de Janeiro (BN) e São Paulo

ANO	RIO DE JANEIRO (BN)	ANO	SÃO PAULO
1915	Bibliografia Paleografia e Diplomática Iconografia e Numismática	1929	Catálogo Classificação Organização de Bibliotecas
1931	Bibliografia Paleografia e Diplomática História da Literatura Iconografia e Cartografia	1941- 1942	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas
1944	Organização e Administração de Biblioteca Catálogo Classificação Bibliografia e Referência História do Livro e das Bibliotecas História da Literatura (aplicada à Bibliografia) Noções de Paleografia	1943- 1959	Catálogo Classificação Bibliografia Organização de Bibliotecas História do Livro e Paleografia
1962	Técnica de Referência Bibliografia Geral Catálogo e Classificação Organização e Administração de Bibliotecas História do Livro e das Bibliotecas Organização e Técnicas de Documentação Literatura e Bibliografia Literária Introdução à cultura histórica e sociológica Reprodução de documentos Paleografia Introdução à cultura filosófica e artística	1960- 1961	Catálogo Classificação Referência e Bibliografia História do Livro Paleografia Organização e Administração de Bibliotecas Seleção de Livros Introdução à cultura artística Introdução à cultura filosófica Introdução às Ciências Sociais Documentação

Fonte: CASTRO, 2000, p. 105.


A Biblioteca Nacional foi pioneira na formação de bibliotecários, institucionalizando o saber-fazer próprio desses intelectuais e diferenciando-o em relação a outras profissões. Os primeiros bibliotecários brasileiros partilharam um contexto livresco e intelectual, típico da influência francesa. A partir da década de 1930 esse saber começa a perder espaço, pressionado pelo modelo estadunidense, promovido por intelectuais paulistas. A criação de cursos de Biblioteconomia por todo o país, entre as décadas de 1940 e 1960, assim como a regulamentação da profissão em 1962, contribuíram para difundir a Biblioteconomia praticada em São Paulo, garantindo sua prevalência como paradigma biblioteconômico nacional. O quadro abaixo relaciona, em ordem cronológica, os cursos de Biblioteconomia que surgiram antes da década de 1970.

Quadro 2 – Cursos de Biblioteconomia: 1911-1969

NOME DOS CURSOS	CRIAÇÃO
Curso da Biblioteca Nacional	1911
Escola de Biblioteconomia da Prefeitura Municipal de São Paulo	1936
Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia	1942
Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia Sedes Sapiente	1944
Faculdade de Biblioteconomia da PUCCAMP	1945
Curso de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife	1948
Curso de Biblioteconomia Nossa Senhora do Sion	1948
Curso de Biblioteconomia da Universidade de Pernambuco	1950
Curso de Biblioteconomia da Universidade de Minas Gerais	1950
Curso de Biblioteconomia do Instituto Caetano de Campos	1951
Curso de Biblioteconomia da Universidade do Paraná	1952
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula da PUC/RJ	1957
Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos	1959
Faculdade de Biblioteconomia da Universidade de Brasília	1961
Curso de Biblioteconomia da Universidade do Pará	1963
Curso Autônomo de Biblioteconomia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro	1963
Curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Ceará	1964
Escola de Bibliotecários e Documentalistas da Fundação “Álvaro Clemente de Oliveira”	1965
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão	1969
Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba	1969

Fonte: CASTRO, 2000, p. 111.

A partir da década de 1970, o campo passa por mudanças significativas. Segundo Castro, o período foi marcado por uma “paralisação no crescimento das escolas de graduação” e por um “crescimento dos cursos de pós-graduação”. (CASTRO, 2000, p. 29) Pressupõe-se que, com o crescimento dos programas de pós-graduação, também tenham crescido as pesquisas na área e, por consequência, a produção editorial da Biblioteconomia. Em 1970, ocorre a mais importante mutação do campo, com a criação do primeiro curso de Mestrado em Ciência da Informação, inserido na mais importante instituição brasileira dedicada à Biblioteconomia: o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) Pode-se dizer, no entanto, que essa transição não se verifica de forma a-histórica e atemporal. A verdade é que o Brasil buscava mais uma vez se adaptar às tendências internacionais no campo biblioteconômico. Em artigo intitulado *Da Bibliografia à Ciência da Informação: um histórico e uma posição* (1972), Célia Zaher e Hagar Espanha Gomes deixam transparecer e enfrentam as perplexida-



des trazidas pelo novo cenário, assim como defendem a adesão ao paradigma⁴ contemporâneo da Ciência da Informação⁵.

Nesta perspectiva historiográfica, torna-se imperioso esclarecer que este testemunho histórico se dá de modo descontínuo, acontece em vários ângulos, sob olhares distintos, assim como há um acúmulo de fatos que não se dispõem em conversão, isto é, em mudança quase a-histórica de olhar sobre aquilo que se mostra. Ou seja, a Ciência da Informação projeta-se a partir de uma existência bibliográfica, ou ainda, para evidenciar tal posição, bibliológica.

BÍBLION, VESTÍGIOS DE UMA BIBLIOSOPHIA

É preciso transver o mundo.
Manoel de Barros

Nem o livro nem a areia têm princípio ou fim.
Jorge Luís Borges.


Inicialmente, o texto tentará expor a força de sentido que o livro carrega. Diante de uma perspectiva histórico-conceitual, o livro caminhará até a modernidade. Segundo Waddington (2000), o livro é um dos agentes principais da invenção da modernidade e com esta nascem os saberes (a ciência). Portanto, na interrelação entre o sentido do livro e o propósito dos saberes, busca-se encontrar o elo de uma *Bibliosophia*.

A palavra *bíblion* é originalmente grega e significa livro. *Bíblion* é um termo diminutivo de *Biblos*, palavra que atribuía nome ao papiro egípcio. Por sua vez, o papiro egípcio era chamado *biblos*, em decorrência do local de onde era transportado para a Grécia, o porto fenício de nome *Byblos*⁶. Essa vinculação com o lugar também está presente na nomeação do pergaminho, do grego *pergamemon*, aquilo é originário de Pérgamo, cidade grega. Contudo, a palavra livro descende de *bíblion*, diminutivo de *biblos*, papiro egípcio, que deriva de *Byblos*, um porto. Logo, o *bíblion* é uma parte do porto que vai à deriva do navegar, num devir incessante de estar e não estar; o livro é “autêntica força vivente: que está, em potência”. (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 51) O livro nunca deixa de ser porto, pois guarda em seu nome o

⁴ *Paradeigma*, o que se mostra ao lado (como o alemão *Bei-spiel*, o que joga ao lado).

⁵ Joana Coeli Garcia (2002), em artigo intitulado *Conferências do Georgia Institute of Technology e a Ciência da Informação*, introduz alguns pontos desta transição, pauta dessas conferências, que para alguns selou a nomeação de um novo campo. Nas conferências, a maioria dos participantes eram bibliotecários inclinados aos propósitos da Ciência da Informação.

⁶ Byblos é atualmente a capital do distrito de Jbeil no Líbano, localizado na província de Monte Líbano, à nordeste da capital do país, Beirute.



porto, *Byblos*. Todo porto é um refúgio, um abrigo, isto é, uma casa⁷ e sobre a casa dirá Heidegger (2005, p. 8): “A linguagem é a casa do ser. Nesta habitação do ser mora o homem.” O porto é a casa do livro. O ser livro é puramente linguístico. (LEÃO, 2000) Sem a linguagem não há condição de possibilidade para o livro, nem para o que na casa reside, pois não haveria casa. Enquanto forças viventes em potência, o homem e o livro são em linguagem. No quadro de Giuseppe Arcimboldo, exposto na figura a seguir, esse duplo, homem e livro, torna-se um único, homem-livro⁸.

Figura 2 – O bibliotecário




Fonte: Giuseppe Arcimboldo. (1566)

Diante dessas metáforas, por onde se compõem tradicionalmente as linguagens filosóficas e poéticas, mas de onde não se ausenta também a linguagem científica, como argumentado por Thomas Kuhn (2006), no capítulo que se intitula “a metáfora na ciência”, a força de sentido do livro vai tomando forma. Continuando a argumentação do parágrafo anterior, o

⁷ No contexto da casa, valem a pena ser ditas duas passagens complementares: “O importante não é a casa onde moramos, mas onde, em nós, a casa mora.” (COUTO, 2003, p. 54); “a casa é do tamanho do mundo; ou melhor, é o mundo.” (BORGES, 2008, p. 62) A primeira passagem é de Mia Couto, biólogo e escritor, e a segunda de Jorge Luís Borges, filósofo e escritor.

⁸ Uma imagem desse único, homens-livros, está presente em “*Fahrenheit 451*”, de Ruy Bradbury (2003), que se tornou filme, com nome homônimo ao do livro. Para uma leitura filosófica desse livro e, de certa maneira, do duplo homem-livro, conferir o livro “Sobrevivência dos vaga-lumes” de Georges Didi-Huberman (2011).



livro pode ser visto como uma embarcação diminuta do porto (linguagem) que se dis-põe a navegar. Sem navegar, isto é, circular, mover-se, o livro seria um fim em si mesmo, como a fortaleza de intertextualidade da Biblioteca de Babel, criada por Jorge Luís Borges e comentada por Bruno Latour (2000a, p. 21), no contexto aqui perspectivado. Portanto, navegar é preciso. Este era um lema dos antigos navegadores romanos, célebre a partir de uma nota poética escrita por Fernando Pessoa. (2007) A maioria dos livros intitula a nota por *Navegar é preciso*, mas há quem diga que se chama, *Palavras de pórtico*. Porém, esta precisão do título torna-se secundária diante da mensagem do texto. Propondo uma leitura qualificada, não no sentido de melhor, todavia, no sentido de um modo de ver e ler próprio do proposto, leia-se o poema de Fernando Pessoa não como a fala de um homem, mas como se esta primeira pessoa do singular seja um homem-livro, em especial, com uma maior atenção para o livro.

Navegar é preciso

Navegadores antigos tinham uma frase gloriosa: “Navegar é preciso; viver não é preciso”.

Quero para mim o espírito [d]esta frase, transformada a forma para a casar como eu sou: Viver não é necessário; o que é necessário é criar.

Não conto gozar a minha vida; nem em gozá-la penso. Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo.


Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha.

Cada vez mais assim penso. Cada vez mais ponho da essência anímica do meu sangue o propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade. É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça.⁹

Fernando Pessoa (2007)

Lendo esse poema como a fala de um livro, três pontos merecem ser desvelados. Primeiro, quando Pessoa diz “Só quero torná-la grande, ainda que para isso tenha de ser o meu corpo e a (minha alma) a lenha desse fogo”. O livro, que está em potência na voz de Pessoa,

⁹ É preciso levantar dois pontos do poema, em que o pensamento desse texto toma outra vereda que não a de Pessoa. Primeiro “viver não é preciso”. Esta frase encontra dissensão com a posição deste texto, pois, viver é acontecer no mundo, isto é, parafraseando Agamben (2009, p. 88), do ser nós não temos outra experiência senão viver. Deste modo, em comunhão com o que foi dito no primeiro parágrafo desse tópico, o livro é “autêntica força vivente”, “potência”, uma entidade cujo ser é puramente linguístico. O segundo ponto é “engrandecer a pátria”. Aqui a posição filosófica está em acordo com Mia Couto (2003), isto é, a minha pátria é onde o vento passa.




está proclamando a sua vontade de ser grande, isto é, a sua vontade de ser lembrado (memória), ainda que sua forma-conteúdo seja a lenha desse fogo. Lenha que sempre esteve associada ao homem e seus livros, ou seja, o homem e o livro sempre foram censurados e queimados como homens-livros, indissociáveis. (GINZBURG, 2006; WADDINGTON, 2000) Neste contexto incendiário, já houve diversos acontecimentos na história em que livros serviram de fogo para fogueiras dogmáticas. (BÁEZ, 2006; FEBVRE; MARTIN, 1992; ECO, 2010; EISENSTEIN, 1998)

Umberto Eco, em *Memória vegetal*, manifesta que

Os livros não morrem só por conta própria. Volta e meia são destruídos. Nas primeiras décadas do nosso século assistiu-se à queima dos livros “degenerados” feita pelos nazistas em Nuremberg. Era um gesto simbólico, certo, porque nem mesmo os nazistas queriam destruir todo o patrimônio livresco de seu país. Mas são símbolos que importam. Temam aquele que destrói, censura, proíbe os livros: ele quer destruir ou censurar nossa memória. Quando percebe que os livros são demasiados, e incapturáveis, então destrói memórias animais, cérebros, corpos humanos. Começa-se sempre pelo livro, depois instalam-se as câmaras de gás. (ECO, 2010, p. 25)

O segundo ponto é o trecho que diz: “Só quero torná-la de toda a humanidade; ainda que para isso tenha de a perder como minha. [...] propósito impessoal de engrandecer a pátria e contribuir para a evolução da humanidade.” Dito isso, “o livro”, quer que a sua vida seja uma “obra aberta” (ECO, 1997), em seu propósito impessoal de engrandecer o mundo e contribuir para a evolução da humanidade. Assim foi desde o surgimento da prensa de Gutenberg. (FEBVRE; MARTIN, 1992; EISENSTEIN, 1998) O livro representou o esclarecimento iluminista – *Aufklärung* –, a libertação da tutela e dos grilhões do saber dogmático da Igreja, assim como desmantelou o universo de certezas então instituído, resistindo à “unidimensionalização da existência.” (WADDINGTON, 2000, p. 137) O livro, na modernidade, reavivou o seu duplo sentido do latim *liber*, livro e liberdade. (VATTIMO, 2000) O livro simboliza o saber moderno, o lema de Horácio adotado por Kant, *sapere aude* (ouse saber), e ele está oculto na fala aqui proposta do terceiro trecho do poema que diz “é a forma que em mim tomou” a forma livro.

Claudius Waddington argumenta sobre a crise do Antigo Regime, “o espectro da crise que corrói os modelos clássicos de pensamento projeta-se sobre o livro.” (2000, p. 136) O livro, dentre outros agentes, estourou rachaduras no sistema de pensamento medieval, provocando a secularização do saber, evento histórico-conceitual que distingue o moderno. Como




manifestou Eisenstein (1998, p. 207-276), a imprensa implicou o surgimento da ciência moderna; esta, por sua vez, traz consigo duas imagens fundamentais: primeiro, não há modernidade sem ciência, esta é figura central na compreensão do que é o moderno; segundo, o significado do livro na acepção do que é ser científico, isto é, o esforço dos filósofos naturais estava concentrado na leitura do manuscrito universal e público, o *Livro da Natureza*; o saber da ciência consistia em saber ler o livro da natureza, que se dispunha em linguagem matemática, sendo seus caracteres formados por triângulos, círculos e outras figuras geométricas.

A natureza do pensamento científico moderno carregava o *slogan* de “ciência livre de valores”, afinal se tratava de um saber advindo do *Livro da Natureza*, não de um “gênio enganador”, como descreveu Descartes. (2002) Esse estereótipo acarretou à linguagem científica a autonomia da produção das verdades únicas e abstratas, libertas de valores sociais. O conhecimento científico tinha a qualidade de ser inquestionável devido ao itinerário das práticas e instituições científicas representativas da ciência “moderna”. Segundo Mariconda e Lacey três componentes descrevem o contexto da ideia da ciência livre de valores: a imparcialidade, a neutralidade e a autonomia.

A imparcialidade baseia-se na distinção entre os critérios para a avaliação epistêmica de teorias científicas e os valores e crenças sociais, culturais, religiosos, metafísicos e morais. A neutralidade afirma primeiro (neutralidade cognitiva) que não se podem extrair de teorias científicas conclusões no domínio dos valores; e segundo (neutralidade aplicada) que, no contexto de aplicação, uma teoria bem estabelecida serve, em princípio, aos interesses de todas as perspectivas de valores mais ou menos de igual modo. A autonomia refere-se à carência (ou ausência) de um papel legítimo para os fatores de fora (externos) (tal como valores sociais, crenças religiosas e ideológicas e o “testemunho de autores”) para as práticas internas da metodologia científica, não só com relação à escolha de teorias, mas também com relação à determinação das abordagens de pesquisa. A autonomia acarreta, portanto, que as práticas científicas devem ser conduzidas livres de qualquer interferência de fora (externa) [...]. (2001, p. 50)

A ciência moderna é caracterizada pelo seu viés idealista que, indistintamente, acaba exaltando a conservação e a manutenção da ordem dominante. Fourez (1995, p. 227) a descreve como uma “aceitação de normas universais e eternas que determinam de que modo é e deve ser o real”. A ideia se apresenta como uma noção que existe para todo o sempre, ou seja, tem os aspectos de funcionamento de uma norma rígida e imutável. Assim dentro dessa perspectiva idealista, os pensadores modernos sempre buscaram alcançar a ideia de maneira absoluta, pois desta forma se aproximariam da “realidade em si”, do *a priori* kantiano.




Galileu, à época, questionava os princípios aplicados para o estabelecimento do que seria a ideia de verdade, até então relacionada ao princípio aristotélico do argumento da autoridade. Assim, Galileu afirmava que, diante de conclusões seguras e necessárias, não advindas de preferências humanas, quem se arvorasse a discordar de tais conclusões estaria estimulando o erro e, sendo assim, nem mil Demóstenes, nem mil Aristóteles, resistiriam a um único homem que porventura percebesse, só ele, a verdade. Latour comentando a ciência proposta por Galileu afirma que “ciência é verdade que não se submete a nenhuma autoridade”. (GALLILEI, 2003, p. 75-80; LATOUR, 2000b, p. 56-57) Contudo, Galileu e os iluministas não perceberam - ou não havia condições para tal percepção -, que o livro carregava o valor simbólico da autoridade¹⁰. Conforme Umberto Eco (2010, p. 16), “[...] o livro se torna a tal ponto símbolo da verdade por ele guardada, e revelada a quem souber interrogá-lo, que para encerrar uma discussão, afirmar uma tese, destruir um adversário, diz-se: ‘está escrito aqui’” e, continua argumentando, que para eliminar toda dúvida, a memória vegetal pode ser convocada, por exemplo, “a água é de fato H₂O, Napoleão morreu realmente em Santa Helena, quem o diz é a enciclopédia.”

A ciência moderna institui novos dogmas e o livro é um artefato central na propagação desses novos ideais. Adotando o exemplo dado por Eco, a enciclopédia é um artefato simbólico do Iluminismo e da ciência moderna. Tida em sua forma-conteúdo como ideal de seu tempo, a enciclopédia é a imagem do projeto universalista da ilustração de esgotar todo o conhecimento humano num livro, ou conjunto de livros. Com o passar dos anos e o acúmulo dos volumes, a exemplo da enciclopédia econômica de Georg Krünitz (1771-1772), compilada inicialmente em 16 volumes e chegando a 242 volumes, em 1858, foi-se percebendo que o saber humano se expandia a passos largos e a explosão bibliográfica, que multiplicava de forma exponencial o conhecimento impresso, deixava os intelectuais atônitos em meio a tanto saber registrado¹¹. Diante do caos de tanta produção bibliográfica e do espírito universalista e classificatório da ciência da época, nasce o pensamento de Paul Otlet, carregado de filosofia positiva e de cientificismo.

¹⁰ O valor simbólico do livro está tratado nos capítulos referentes à teoria de Bourdieu e, em especial, no tópico sobre manuais científicos, como por exemplo, Kuhn argumenta que o livro-manual, *textbook*, é uma fonte de autoridade.

¹¹ “O aparecimento do livro”, livro de Lucien Febvre e Henry-Jean Martin (1992) possui diversos dados acerca do crescimento da produção editorial, desde o período de transição com os incunábulo (1992, p. 357) até dados comerciais dos livreiros (1992, p. 313-320) durante os primeiros séculos da imprensa.



Acreditava-se que a ciência tinha o poder de produzir o conhecimento verdadeiro e preciso acerca da realidade. Por esses princípios de verdade e conhecimento, instituídos pela ciência moderna, evidentemente naturalista, surgem as ciências que estudam o homem e a sociedade, inseridas por seu grande orador e propagador, o pensamento positivista.

Auguste Comte foi o teórico idealizador da filosofia positiva que almejava estudar os “fatos” que rodeavam o cotidiano da realidade social. Em seu livro *Apelo aos conservadores*, Comte definiu a filosofia positiva em sete acepções: certa, real, precisa, útil, relativa, orgânica e simpática. (COMTE, 1899) Além dessas sete acepções, o princípio da neutralidade científica e o princípio da verificação (demonstração da verdade) são enunciados-chave para se entender a filosofia positiva, que pregava o estudo do homem e da humanidade sem a influência do humano, isto é, a ciência humana desumanizada, neutra. Durkheim reiterava que “[...] a ciência estuda os fatos para conhecê-los, e tão-somente para conhecê-los, de modo absolutamente desinteressado.” (DURKHEIM, 1975, p. 59) Desta maneira, o positivismo pode ser descrito, segundo Benoit (2006), como “a física do social”, onde a preocupação é o “positivamente dado, os fatos imediatos da experiência.” (HESSEN, 1976, p. 45) Esses princípios e acepções da epistemologia positivista e intrinsecamente moderna geraram uma operação de “demarcação” dos saberes

[...] ao estabelecer o que é a ciência e qual sua diferença lhe outorga a condição de saber privilegiado e de hierarquia superior, de modo que todos os saberes que não partilham seus atributos e estão fora de sua jurisdição constituem, necessariamente, saberes periféricos e excluídos do regime de verdade da ciência ou de seus sistemas de aferimento e validação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 6)

Paul Otlet, em meio ao contexto de sua época, procurou conceder à Documentação um caráter de cientificidade¹², um espaço demarcatório que lhe proporcionasse a legitimidade de agir cientificamente, isto é, em comunhão com a verdade e sobre a verdade: e ninguém tão aliada a ela, em tal tempo, quanto à forma-conteúdo, livro¹³. Parafrazeando Otlet, Ortega (2010, p. 58) afirma:

¹² “Os objetivos da Documentação organizada consistem em poder oferecer sobre qualquer tipo de fato e de conhecimento, informações documentadas: 1. Universais quanto ao seu objeto; 2. Seguras e verdadeiras; 3. Completas [...]” (OTLET, 1934, p. 6)

¹³ É válido lembrar que esta é uma posição-disposição histórica determinada por uma cultura científica, positivista, e não que todos os livros possuem ou são agentes da verdade, enquanto unidade. Uma das características simbólicas não se trata de fatos científicos positivos, coisas objetivas, mas de símbolos intersubjetivos, instituí-



Os livros constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade, armazenando os fatos, as idéias, as ações, os sentimentos, sonhos, ou seja, aquilo que tem impressionado a razão do homem. Para ele [Otlet], os livros se converteram, por excelência, nos órgãos de conversação, da concentração e da difusão do pensamento, devendo-se considerá-los como instrumentos de pesquisa, de cultura, de ensino, de informação e de recreio, pois são o receptáculo e o meio de transportes das ideias.

Os livros são a memória materializada do mundo, navegadores que transportam os pensamentos. Por isso, navegar é preciso, pois um mundo sem livros é um mundo sem memória. Radicalizando esta ideia, Mallarmé manifestou: “tudo no mundo existe para acabar em livro.”¹⁴

As idealizações do livro universal¹⁵, da enciclopédia documentária, do *Mundaneum*, da Classificação Decimal Universal, são todas típicas de um pensamento universalista que se pretendia verdadeiro. O que motiva Otlet é a possibilidade de proporcionar o acesso ilimitado ao conhecimento pela humanidade, com vistas à paz mundial, que só poderia ser tida, aos seus olhos, por meio da universalização do conhecimento¹⁶. Segue na figura 3 uma das materializações dos sonhos de Otlet, a *Bibliographia universalis* ou, como é mais conhecida, o *Reperatório bibliográfico universal*.

dos socialmente; é que os livros são, como disse Umberto Eco, um símbolo da verdade e não que eles são a verdade, de tal maneira que esta verdade única é inalcançável, metafísica.

¹⁴ “*Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre.*”

¹⁵ Ideia distinta da aqui defendida. O livro é entendido como potência, feito o livro de areia de Borges, sem princípio nem fim. (BORGES, 2009) “Na raiz de todo é ou não é, de todo é e não é age a força do livro [...]” (LEÃO, 2000, p. 11)

¹⁶ Esta imagem da universalização, da mundialização do saber tem no tipo livro, “memória do mundo” (MANGUEL, 1997) um forte aliado. Para citar alguns exemplos clássicos de livros que se propõem universais, sagrados, nas três grandes religiões monoteístas, são: a Bíblia cristã, do grego *bíblion*; a Torá, reunião dos cinco livros do *Tanakh*, livro sagrado do judaísmo; e o Corão islâmico. Nesses livros está todo o saber religioso, que se propõe universal, dessas culturas. Outro exemplo que pode ser mencionado é a obra magna de Pedro Portugalense, filósofo e médico medieval, chamada *Scientia libri de anima*, isto é, ciência do livro da alma ou livro da ciência da alma. Nesta obra, Portugalense tenta provar a existência da alma, ou seja, há uma pulsão pela justificação e pela legitimidade da existência de algo, a alma, numa forma, o livro. (MEIRINHOS, 1989) O filósofo tenta fundamentar todo o conhecimento pela comprovação da existência da alma, que só poderia se dar num objeto simbolicamente tão grande quanto a alma, o livro. Então, o conhecer da alma se dá no livro.



Figura 3 – Repertório Bibliográfico Universal



Fonte: Docupedia (2012)

Portanto, desta maneira manifestada até então, aos olhos e espírito deste texto, o *bíblion* - livro - navegou até se tornar um sinal, um indício (GINZBURG, 1989, p. 143) para a ciência documental fundada por Otlet. O termo Documentação foi um neologismo criado por Otlet para justificar esta nova ciência, que não era mais como a Bibliografia, mas uma expansão dessa perspectiva. Blanquet (1993) apresenta um paralelo da ocorrência do uso dos termos Bibliografia e Documentação na obra de Otlet, para enfatizar o ponto em que se partem as ideias de Otlet até o amadurecimento da ciência documental.

Em 1890 ainda utilizando o termo Bibliografia; em 1910 por ocasião de um colóquio emprega o termo Documentação juntamente com o termo Bibliografia; a partir de 1930 o termo Bibliografia dá lugar ao termo Documentação. (BLANQUET, 1993, p. 200)

Todavia, os problemas encarados por Otlet, em seu tratado de documentação, estão diretamente relacionados com o *bíblion* e com a Bibliologia, que o inspirou através do *Dictionnaire raisonné de bibliologie* de Peignot. (1802) Paul Otlet preservou, na escritura de seu texto tratadístico, a palavra *bíblion* para designar o que ele veio a chamar de documento. Como afirmado por Blanquet, Otlet busca diferir em sua obra a Documentação da Bibliografia, mas não enuncia a distinção ou o distanciamento da Bibliologia. Gabriel Peignot foi o primeiro a




distinguir Bibliologia da Bibliografia (COUZINET, 2011) A primeira estaria envolvida com os problemas teóricos do livro, assim como com os estudos das ciências humanísticas; a segunda seria um dos ramos bibliológicos, relacionada com os repertórios dos livros, com os processos de referenciação bibliográfica, isto é, o livro enquanto fonte de informação. Talvez, como assinalou Saldanha (2012), a dimensão originária da Documentação é bibliológica e quando falamos em Documentação pode ser que estejamos falando, de certa maneira, em Bibliologia.

Paul Otlet usa o termo genérico *bíblion* (livro) para cobrir todos os tipos documentais e para conceituar o que seria o documento. O livro não abarca todos os tipos de documentos, mas possui o valor simbólico de representação do saber do mundo, como, por exemplo, o *Livro da Natureza*, ou seja, livro do mundo. Assim Otlet adota a forma “livro ou documento” para os estudos da Documentação. O *bíblion* para Otlet era “volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes” e ainda afirma “*bíblion* é a unidade intelectual e abstrata, ‘que se pode encontrar concreta e realmente revestida de modalidades diversas’.” (ORTEGA, 2010, p. 58) Portanto, o documento é o *philos* (amigo) do *bíblion*, no sentido que dá à amizade Giorgio Agamben (2009, p. 89), “amigo é um outro si mesmo, um *heteros autos*”, ou seja, o documento é o outro si mesmo do livro, esta com-divisão do ser linguístico.

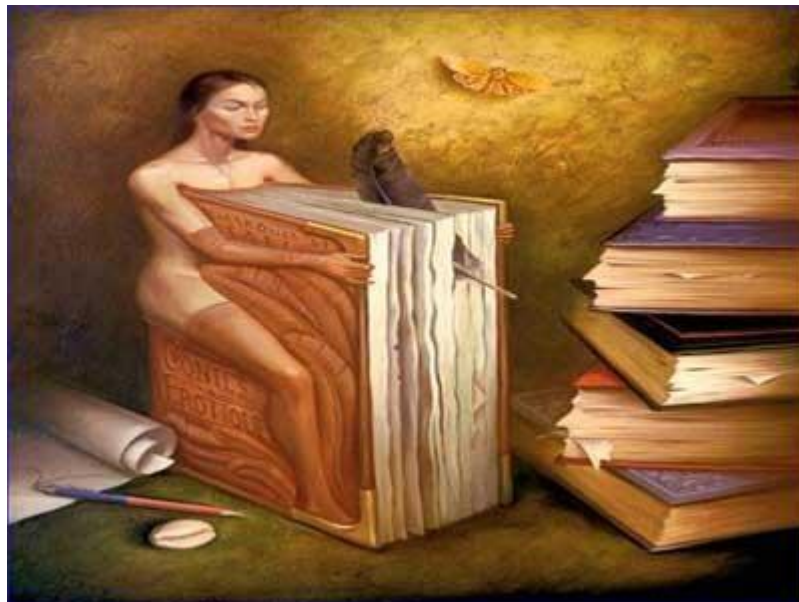
Assim, o *bíblion* é um vestígio que dá sentido a uma *bibliosophia*, ao saber que no livro reside; saber que se (des)vela naquele que cuida da escritura do ser, do pensar: o livro. Aos cuidados de uma *bibliosophia*, de um saber que se erige nos livros (navegantes e andarihos do saber), estariam: Bibliologia, Bibliografia, Biblioteconomia e Documentação. Deste modo, o *logos* que atribui sentido à Bibliologia difere da *sophia* que evoca a palavra, *bibliosophia*. O *logos* diria Nietzsche (nasc trag.; zara.) é apolíneo (ordenador, racional, pai); a *sophia*, dionisíaca (coletiva, libertária, mãe), traria o sentido ambíguo e poroso da palavra latina *liber*: livro e liberdade. E aqui nos aproximamos da pergunta que abre as cortinas do livro *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*, de Friedrich Nietzsche (2005, p. 7):

Supondo que a verdade seja uma mulher – não seria bem fundada a suspeita de que todos os filósofos, na medida em que foram dogmáticos, entenderam pouco de mulheres? De que a terrível seriedade, a desajeitada insistência com que até agora se aproximaram da verdade, foram meios inábeis e impróprios para conquistar uma dama?




Trata-se não de desconsiderar o *logos* do *bíblion*, mas de apresentar-lhe a *sophia*, o outro, a potência que guarda o ato do *logos*; torná-los palavra-em-diálogo, feito o verso de Friedrich Hölderlin: *Muchas cosas há experimentado el Hombre;/ A muchas celestiales há dado ya nombre/ Desde que somos Palavra-en-diálogo/ Y podemos lós unos oír a los otros*. Por conseguinte, cedendo o espaço ao diálogo entre o *logos* e a *sophia*, supondo que a verdade seja uma mulher e o livro, um galante companheiro desta dama, Salvador Dalí pintou uma tela chamada *Mujer-libro*, onde podemos basear nosso diálogo, dando seguimento ao texto que anteriormente apresentou o homem-livro, *O bibliotecário* de Arcimboldo.

Figura 4 – Mujer-libro



Fonte: Salvador Dalí (1949)

Por fim, o entendimento do que se pretende dizer por *biblio-sophia* pode ser sinalizado com a paráfrase de três passagens: uma filosófica, uma poética e outra poético-filosófica. A filosófica trata do texto *A caça à borboleta*, de Walter Benjamin. A poética é um trecho do poema *Seis ou treze coisas que eu aprendi sozinho*, de Manoel de Barros. A poética-filosófica é apenas uma sinalização para o conto *A terceira margem do rio*, de Guimarães Rosa. Em *A caça à borboleta*, Benjamin diz: “quanto mais eu, com todo o meu ser, tento obedecer ao animal, mais me converto, corpo e alma, em borboleta.” Manoel de Barros poetiza: “Uma árvore bem gorjeada, com poucos segundos, passa a fazer parte dos pássaros que a gorjeiam.”




Guimarães Rosa professa: “eu, rio abaixo, rio a fora, rio a dentro – o rio.” Portanto, “há um contágio profano, um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado.” (AGAMBEN, 2007, p. 66) Assim sendo, pergunta-se: ao contagiar-se com o livro, em suas andanças e navegações, nós, na medida em que compartilhamos linguagens, não somos também livro? Isto é, andarilhos e navegantes do saber? Como em Jorge Luís Borges (2001, p. 48), “[...] Um homem que é o livro [...]”.

Deste modo, esta pesquisa sobre livros, ainda que em seus sinais, torna-se uma suposição da palavra-em-diálogo da Biblioteconomia, ou melhor, um pensar sob/sobre a *bibliosophia* do campo.

METODOLOGIA

Foram utilizadas como estratégias metodológicas desta pesquisa, as técnicas bibliométricas de análise da produção científica, originárias da Documentação/Bibliologia de Paul Otlet (1934), assim como a pesquisa documental (levantamento bibliográfico) junto aos catálogos eletrônicos da Biblioteca Nacional. Foram analisados os catálogos correntes e antigos do acervo geral de livros e do acervo de obras raras. Para o levantamento dos livros foram utilizadas as notações classificatórias referentes à temática da Biblioteconomia na Classificação Decimal de Dewey, utilizada pela Biblioteca Nacional. Alguns critérios básicos foram adotados para a seleção e coleta dos dados. Dentro de uma prática “bibliossófica”, os livros de Arquivologia não foram excluídos da análise. Não foram coletados livros de outros idiomas, que não o português. Num primeiro momento, a atenção estava voltada para a produção brasileira, respectivamente, para os livros nacionais de Biblioteconomia. Contudo, com o desenvolvimento da pesquisa observou-se que havia uma presença lusófona, que não brasileira, na produção do campo. Assim, optou-se por incluir os registros em português, independente da pátria, pois, entende-se que a importância primaz dos materiais bibliográficos buscados estaria na identidade da língua e não nas cercanias por onde as bandeiras estão hasteadas. As traduções foram contabilizadas e as reedições dos livros coletados estão sinalizadas. Foram consideradas todas as obras em língua lusófona. Não foram analisados os registros bibliográficos com menos de 49 páginas, pois passam a ser classificados não mais como livros, mas sim como folhetos. Os registros referentes a trabalhos de eventos também não foram incluídos, pois se tratam de anais, não de livros. Materiais didáticos, como apostilas, não foram inseridos

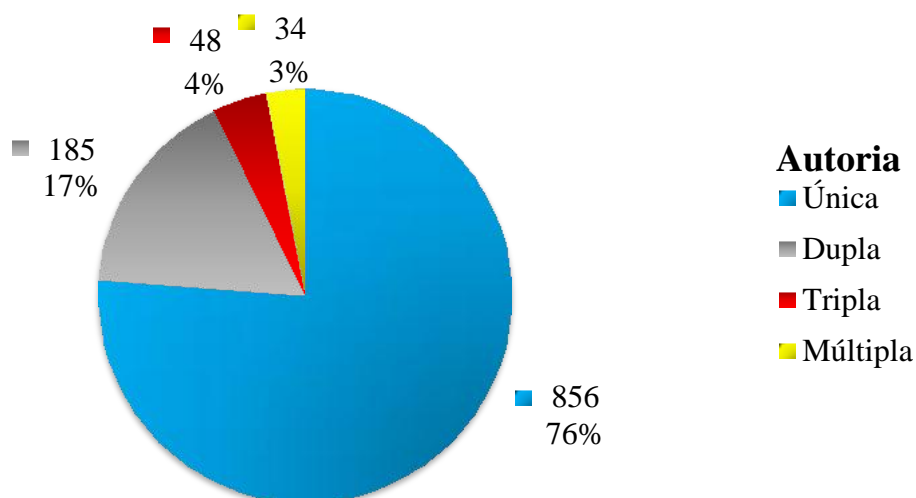


aos dados da pesquisa. Não houve nenhuma interferência à forma como os livros estavam classificados nos catálogos, foram seguidas as notações como encontradas. A organização e tabulação dos dados foram feitas no software Microsoft Excel.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Algumas categorias foram levantadas em consideração para a análise e discussão dos livros coletados: livros monográficos e coletâneas, autoria, autores, editoras, cidades das editoras, ano e classificação temática. Perante estas categorias tornou-se possível situar as nuances da produção biblioteconômica lusófona que consta no acervo da Biblioteca Nacional. Foram ao total 1123 títulos encontrados, além de 128 reedições deste número total. Dentro do total de títulos identificou-se 132 traduções, sendo 15 reeditadas. As reedições não foram representadas nos gráficos, optou-se apenas por sinalizá-las neste espaço textual. A autoria foi analisada em quatro séries: única, dupla, tripla e múltipla. A autoria única obteve a maior preferência dos autores, tratando-se da produção onde há mais livros (932) do que coletâneas (191), este é um dado compreensível diante da intimidade secular e privada (CHARTIER, 2009) que traz consigo o livro. Abaixo o gráfico representando a tipologia da autoria encontrada entre os registros bibliográficos coletados.

Gráfico 1 – Tipologia da autoria dos livros coletados no acervo da BN



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito às cidades onde os livros foram publicados, São Paulo e Rio de Janeiro aparecem como o grande polo editorial, como de fato são em todos os tipos de publicações e campos. São Paulo e Rio de Janeiro estão seguidos por Brasília, muito mais pelas publicações institucionais que permeiam a produção da Biblioteconomia, do que por esta cidade ser um polo industrial do livro. Fora da cercania do Brasil, apenas Lisboa aparece entre as cidades de maior produção livresca em Biblioteconomia. Foram encontradas 82 cidades distintas, contudo, diante do curto espaço de apresentação dos dados, estabeleceram-se intervalos de classe para que fosse possível expor, ao menos, os dados mais representativos.

Tabela 1 – Frequência absoluta e relativa das cidades editoriais dos livros da Biblioteconomia no acervo da BN.

Intervalo de Classe	Total das publicações por cidade	%	Total das Cidades das Editoras	%
Zona A 290 – 9	1024	87	16	19
Zona B 8 – 1	154	13	66	81
Total	1178	100	82	100

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela 1, o intervalo de classe designado como zona A detém 87% dos livros produzidos por cidade, sendo ao total apenas 16 cidades (19%) das 82 encontradas. Na zona A estão inseridas desde a cidade com maior produção, São Paulo com 290 publicações, até a linha de corte, isto é, o intervalo de classe, que é Fortaleza com 9 publicações. A zona B compreende as cidades que obtiveram de 8 publicações até 1 publicação, o que representa um maior número de cidades (66, 81%), porém, um menor número de produção, 154 publicações que significa 13% do total encontrado (1178). O quadro 3, que virá logo em seguida, apresenta, por extenso, os nomes das cidades mais produtivas.

Quadro 3 – Cidades que mais publicaram livros em Biblioteconomia, de acordo com o acervo da BN.

Cidades das Editoras	Total
São Paulo	290
Rio de Janeiro	255
Brasília	178



Belo Horizonte	42
Campinas	36
Porto Alegre	35
Niterói	31
Salvador	27
Florianópolis	26
Lisboa	21
Curitiba	19
Petrópolis	16
Passo Fundo	15
Londrina	12
Recife	12
Fortaleza	9
Total	1024

Fonte: Elaboração própria.

A análise das editoras segue o modelo de exposição apresentado acima. Foram encontradas 493 editoras e um total de 1232 livros publicados por estas editoras. O número excede o dos títulos, pois alguns livros possuem mais de uma editora.

Tabela 2 – Frequência absoluta e relativa das editoras dos livros de Biblioteconomia no acervo da BN.

Intervalo de Classe	Total das publicações por editora	%	Total das Editoras	%
Zona A 31 – 9	457	37	30	6
Zona B 8 – 1	775	63	463	94
Total	1232	100	493	100

Fonte: Elaboração própria.


A tabela 2 apresenta o total de publicações e o total das editoras encontradas. O intervalo de classe foi estabelecido com o propósito de torna visualizável os dados, pois não há comprimento para um quadro com mais 493 linhas neste trabalho. Logo, a decisão por 30 editoras mais representativas foi estabelecida somente por um critério de apresentação. Abaixo, no quadro 4, as 30 editoras mais produtivas em Biblioteconomia que constam no acervo da Biblioteca Nacional.

Quadro 4 – Editoras que mais publicaram livros em Biblioteconomia na BN

Editoras	Total
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	31
Fundação Biblioteca Nacional	29
Briquet de Lemos	24
Autêntica	22
Edusp	21
Edufba	20
Arquivo Nacional	19
Instituto Nacional do Livro (INL)	19
Sem nome (s. n.)	16
Thesaurus	16
Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF)	15
Ática	15
Ed. Unesp	14
Intertexto	14
SENAI	14
Biblioteca Nacional (Portugal)	13
Eduff	13
Imprensa Oficial	13
Polis	13
UPF Ed.	13
Global	12
Interciência	12
Ed. UFSC	11
Vozes	11
Casa de Rui Barbosa	10
Ed. UFMG	10
EDUEL	10
Arquivo do Estado de São Paulo	9
Casa da Palavra	9
Melhoramentos	9
Total	457

Fonte: Elaboração própria

O quadro 4 apresenta sinais interessantes acerca do livro e das editoras que o produzem ou produziram. Nota-se que há uma série de instituições que se dedicam à produção temática biblioteconômica. As duas maiores produtoras são duas instituições que estão em seu âmago ligadas à Biblioteconomia brasileira: o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que foi o antigo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação



(IBBD)¹⁷, e a Fundação Biblioteca Nacional, maior instituição biblioteconômica do país e criadora do primeiro curso de Biblioteconomia brasileiro. Observa-se que grande parte dos livros foram publicados, em sua maioria, por instituições governamentais e por editoras universitárias, que, por sua vez, num país como o Brasil que a ciência é financiada maciçamente pelo governo, não deixam de serem instituições governamentais. Logo, os editores da Biblioteconomia, em sua maioria, são governamentais, assim como grande porção da atividade de pesquisa do campo concentra-se em instituições públicas, feitas as Universidades, a Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa. Identifica-se algumas editoras comerciais, em especial, a Briquet de Lemos (editora cujo proprietário é um dos grandes nomes da Biblioteconomia brasileira), a Autêntica (editora engajada em livros das humanidades e ciências sociais) e a The-saurus (que tem a Biblioteconomia como a sua maior plataforma editorial). Fora do Brasil, a Biblioteca Nacional de Portugal é a grande representante dos livros da Biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional brasileira.

O quadro 5, a seguir, apresenta os livros coletados em sua temporalidade, isto é, por década de produção. Houve um crescimento progressivo da produção lusófona da Biblioteconomia no acervo da Biblioteca Nacional. Os anos 2000 foram os mais produtivos, seguidos dos anos 1990, 1980, 1970. A segunda década do século XXI ainda está em seus primeiros anos, mas já demonstra um grande potencial produtivo para o campo; a produção da década de 2010, apenas em dois anos, já é quase a mesma de toda a década de 1970 e é superior a todas as décadas anteriores aos anos de 1970, conforme os registros do acervo da Biblioteca Nacional. Além dos números do quadro 3, mais dois registros foram incluídos: um é o *Programmas do curso de bibliothconomia para o anno de 1917* e o outro *Novidades bibliothconomicas ; ou, Refutação de cinco absurdos, que geralmente, e ha seculos, se soffrem no serviço das bibliothecas publicas, reduzidos todos elles á obediencia do simples senso commum*, de 1863. O primeiro não se constitui em um livro, mas é um documento de grande valor para a história da Biblioteconomia brasileira. O segundo é um livro, publicado em Braga, Portugal, porém não está na esfera temporal tratada neste trabalho, contudo, foi ressaltado por ser um livro do século XIX de Biblioteconomia e em português, fato raríssimo para o estudo da Biblioteconomia lusófona.

¹⁷ Para maiores aprofundamentos acerca da história relacional do IBBD com a Biblioteconomia, consultar Oddone (2004; 2006).

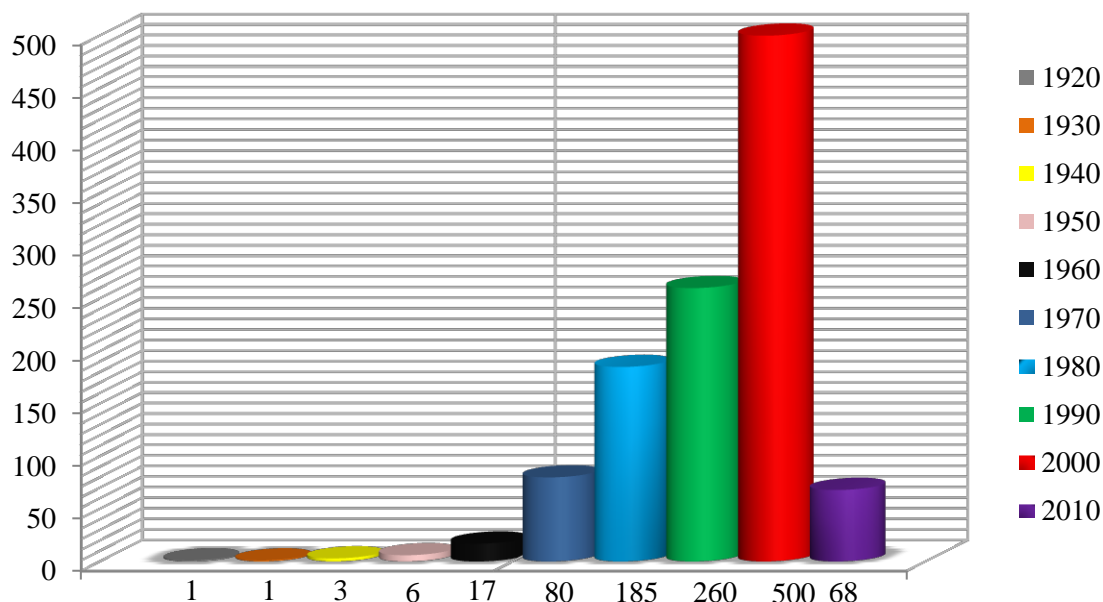
Quadro 5 – Os livros da Biblioteconomia no acervo da BN por década

Ano	Total de livros
Década de 2000	500
Década de 1990	260
Década de 1980	185
Década de 1970	80
Década de 2010	68
Década de 1960	17
Década de 1950	6
Década de 1940	3
Década de 1930	1
Década de 1920	1

Fonte: Elaboração própria.

É perceptível que os livros da década de 1970 dão um salto em relação às décadas anteriores. Retornando ao quadro 2, observa-se que inúmeros cursos de Biblioteconomia foram criados entre as décadas de 1950 e 1960, ressaltando o período de formação, os números da década de 1970 é fruto, em especial, dessas duas décadas anteriores. Na década de 1960, exatamente em 1962, foi regulamentado formalmente o Currículo Mínimo da Biblioteconomia, o que concedeu ao curso uma legitimação e uma validação dos seus conteúdos. Além disso, a década de 1970 é reconhecida como a década do surgimento da pós-graduação no campo. Diversos cursos de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação foram criados, assim como os primeiros periódicos científicos do campo, e com isso, veio a pesquisa e respectivamente a produção. Assim, a década de 1970 foi um divisor de águas institucionalizador do campo da Biblioteconomia e dos primeiros passos da Ciência da Informação no Brasil. O gráfico 2 apresenta graficamente os dados do quadro 5.

Gráfico 2 – Os livros da Biblioteconomia no acervo da BN por década



Fonte: Elaboração própria.

A tabela 3, a seguir, expõe as dimensões temáticas da Biblioteconomia, a partir das notações classificatórias que constam na Classificação Decimal de Dewey (CDD), utilizada pela Biblioteca Nacional. O campo temático da CDD, 025, e suas respectivas ramificações, foi onde se concentraram a maior parte dos livros da Biblioteconomia do acervo da Biblioteca Nacional. Neste campo estão livros que tratam de preservação e conservação de materiais bibliográficos, classificação, catalogação, indexação, normalização, diplomática, desenvolvimento de coleções, planejamento de serviços de informação, enfim, uma série de processos, ou como consta na 22ª edição da CDD, operações, típicos ao cotidiano das práticas informacionais dos profissionais do campo. O campo 028, a segunda temática mais encontrada, tem um seu núcleo de produção os livros sobre leitura. O campo 027, terceira temática do ranking de produção, trata dos aspectos gerais das bibliotecas, arquivos e centros de informações, mas em seu núcleo de produção estão os livros sobre as tipologias da biblioteca: universitária, escolar e pública, algumas políticas arquivísticas e brinquedoteca.

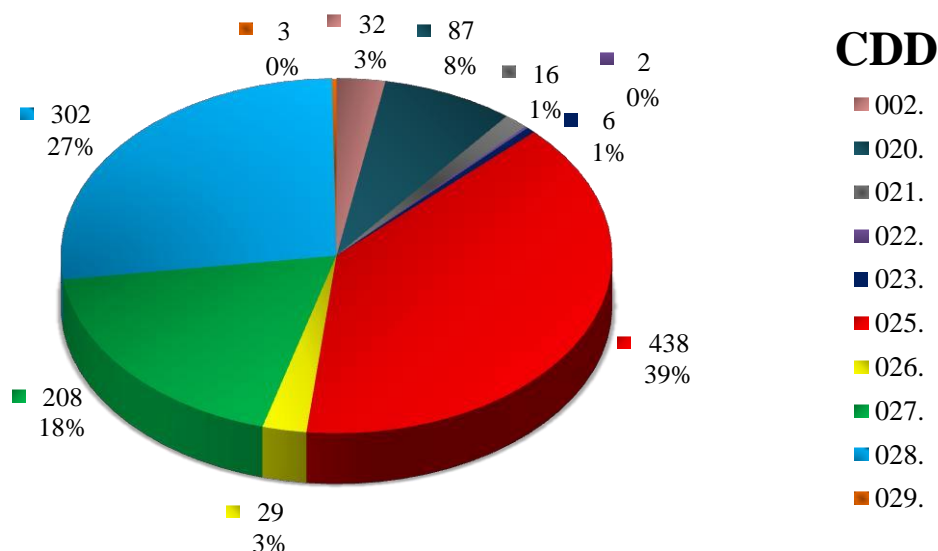
Tabela 3 – Os livros da Biblioteconomia no acervo da BN por temática

CDD	Total de livros	%
002: Livro	32	3
020: Biblioteconomia e Ciência da Informação	87	8
021: Relações de bibliotecas, arquivos e centros de Informações	16	1
022: Administração da planta física	2	0
023: Administração de pessoal	6	1
025: Operações de bibliotecas, arquivos e centros de informações	438	39
026: Bibliotecas, arquivos e centros de informações dedicados a disciplinas e temas específicos	29	3
027: Bibliotecas, arquivos e centros de informações gerais	208	18
028: Leitura e uso de outros meios de informação	302	27
029: Não assinalado na 22 ^a (livros sobre informação jurídica)	3	0
Total	1123	100

Fonte: Elaboração própria.

A figura a seguir apresenta em forma de gráfico os dados do quadro 6.

Gráfico 3 – Os livros da Biblioteconomia no acervo da BN por temática



Fonte: Elaboração própria.

Por fim, os autores mais citados entre os livros analisados. Foram encontrados 1038 autores ao total, com um conjunto de 1421 publicações. Utilizou-se o mesmo procedimento, intervalo de classe, dos outros grandes conjuntos de dados já expostos acima. Os 35 autores

da zona A produziram 232 livros, o que dá uma média de 6 livros para cada autor desta zona. O intervalo da zona A foi dos autores que produziram de 18 livros (máximo) até 4 livros; o intervalo da zona B compreende os autores que produziram entre 1 (mínimo) e 3 livros. A tabela 4 mostrará como ficaram dispostos os dados a partir dos intervalos de classe.

Tabela 4 – Frequência absoluta e relativa dos autores dos livros pesquisados no acervo da BN.


Intervalo de Classe	Total das publicações dos autores	%	Autores	%
Zona A 18 – 4	232	16	35	3
Zona B 3 – 1	1189	84	1003	97
Total	1421	100	1038	100

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 4 confirma os pressupostos da lei de Lotka, da produtividade dos autores, onde a maior parte da produção de um campo está concentrada em poucos pesquisadores, enquanto grande parte da produção está dispersa entre os diversos agentes do campo. A seguir, o quadro 6 apresentará os nomes por extenso dos autores da zona A, isto é, o núcleo dos autores mais produtivos encontrados na pesquisa.

Quadro 6 – Autores mais produtivos dos livros pesquisados no acervo da BN.


Autores	Total
Fundação Biblioteca Nacional	18
Rösing, Tânia Mariza Kuchenbecker	14
Silva, Ezequiel Theodoro da	11
Arquivo Nacional	9
Biblioteca Nacional (Portugal)	9
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	9
Universidade de São Paulo	9
Fundação Casa de Rui Barbosa	8
Zilberman, Regina	8
Campello, Bernadete	7
Chartier, Roger	7
Mey, Eliane Serrão Alves	7



Souza, Francisco das Chagas de	7
Cruz, Anamaria da Costa	6
Gomes, Hagar Espanha	6
Instituto Nacional do Livro	6
Pinheiro, Lena Vânia Ribeiro	6
Rettenmaier, Miguel	6
Schmidt, Wanda Lúcia	6
Abreu, Márcia	5
Arquivo do Estado de São Paulo	5
Figueiredo, Nice	5
Fleury, Renato Sêneca	5
Fonseca, Edson Nery da	5
Lajolo, Marisa	5
Milanesi, Luis	5
Ribeiro, Antônia Motta de Castro Memória	5
Valentim, Marta Lígia Pomim	5
Bellotto, Heloisa Liberalli	4
Conselho Internacional de Arquivos	4
Maciel, Alba Costa	4
Miranda, Antonio	4
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)	4
Prado, Heloisa de Almeida	4
Yunes, Eliana	4

Fonte: Elaboração própria.

Parecido com o fenômeno das editoras, em que o institucional esteve bastante presente, muitos dos autores de maior incidência produtiva são autores institucionais. A Biblioteca Nacional brasileira foi a entidade com maior títulos presentes nesta pesquisa. O Arquivo Nacional brasileiro, a Biblioteca Nacional portuguesa, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a Universidade de São Paulo, a Fundação Casa de Rui Barbosa, são exemplos da presença autoral destas instituições na Biblioteconomia. Enquanto pessoa física, os três autores mais produtivos não são pesquisadores diretamente vinculados à Biblioteconomia. Contudo, a segunda maior produtora, Tânia Mariza Kuchenbecker Rösing, atua na área da leitura e apesar de ser formada e doutorada em Letras, fez seu pós-doutoramento em Biblioteconomia e Documentação na Universidad de Extremadura, na Espanha. Nesta listagem dos autores encontrados e tidos como grandes produtores nesta pesquisa, aparecem vários nomes conhecidos da Biblioteconomia brasileira, como: Edson Nery da Fonseca, Antônio Miranda, Luís Milanesi, Heloísa de Almeida Prado, Hagar Espanha Gomes, Bernadete Cam-




pello, dentre outros. O mais traduzido entre todos os traduzidos foi Roger Chartier, que trata de problemas fundamentais para o saber dos livros.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa, talvez, esteja disposta neste texto em duas dimensões: a dimensão filosófica, que questiona determinadas tonalidades que foram tomando forma historicamente na Biblioteconomia brasileira, e a dimensão descritiva pragmática, expositora da prática da produção em livros no campo temático da Biblioteconomia. A primeira dimensão supostamente tem mais a dizer do que a segunda, que por sua vez, tem mais a mostrar. A primeira dimensão coloca em questão, dentre outras coisas, o limite de um *logos* cerceador, o *logos* disciplinar do *dominium* (propriedade) de um saber. Todavia, o saber caminha ao lado do livro, são andarilhos e a pátria dos andarilhos são os caminhos sem fim, onde o vento passa. Logo, a segunda dimensão sempre vem afirmando “os livros da Biblioteconomia”, uma contradição, caso seja analisada numa esfera disciplinar. Contudo, o que se pretende é pensar o livro dentro da esfera temática de uma *bibliosophia*, onde num primeiro momento estariam também os arquivos. Quando se pronuncia Biblioteconomia, neste contexto, procura-se pelo elo de significação que esse campo detém na esfera prática da validação, da legitimação de um discurso, contudo a procura é por um pensar que não afirme assertivamente fronteiras, como, por exemplo, “o que é e o que não é a Biblioteconomia?”. Não faz sentido definir, a temática é sendo. Por isso, distanciando-se de um *logos* que enche o céu científico de bandeiras e o chão de fronteiras, busca-se num pensar meditativo do *bíblion*, um espaço mais concreto (*concrescere*: crescer em conjunto) de diálogo.

Deste modo, a segunda dimensão desta pesquisa, tinha como propósito caminhar para mostrar os indícios das trilhas percorridas pelo saber desses livros, designados enquanto biblioteconômicos, mas que no fundo são livros que falam sobre si mesmo, sobre o *bíblion*. Diante destes sinais avistados, cabem outras pesquisas, por exemplo, sobre o uso destes livros nas bibliografias dos cursos de formação, ou se são citados na literatura, ou ainda como foram e/ou como são as práticas de leitura destes artefatos. Enfim, esta pesquisa descritiva pragmática prezou por levantar as marcas do *bíblion* que este espaço temático deixou em sua história. Diria Thomas Kuhn (2007, p. 176), esses livros teriam sido “fontes de autoridade” que intro-




duziram em seus leitores a lógica, o vocabulário e a sintaxe desta linguagem temática, assim como instituíram uma educação comum e constituíram uma literatura-padrão.

Portanto, cabem na continuação desta pesquisa, estudos qualitativos ou quantitativos (citações) que mostrem a dimensão do “contágio profano” que se estabeleceu entre os homens e mulheres que atuaram e atuam nesta temática e estes livros. Ou seja, o espaço onde a *bíos* e o *bíblion* se confundiram.



REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BAÉZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.
- BENJAMIM, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, v.2. (Obras escolhidas, 2)
- BENOIT, Lelita. **Augusto Comte: o fundador da física social**. São Paulo: Moderna, 2006.
- BLANQUET, M. La fonction documentaire: etude dans une perspective historique. **Documentaliste**, Paris, v. 30, n. 4-5, p. 199-204, 1993.
- BORGES, Jorge Luís. **Elogio da sombra**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- BORGES, Jorge Luís. **O Aleph (1949)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BORGES, Jorge Luís. **O livro de areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BRADBURY, Ruy. **Fahrenheit 451**. Rio de Janeiro: Globo, 2003.
- CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada, 3: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 113-162.
- COMTE, Auguste. **Apelo aos conservadores**. Rio de Janeiro: Templo da Humanidade, 1899.
- COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COUZINET, V. Des pratiques érudites à la recherche: bibliographie, bibliologie. In: GARDIÈS, C. **Approche de l'information-documentation: concepts fondateurs**. Toulouse: Cédaduès-Éditions, 2011. p. 167-186.
- DESCARTES, René. **Discurso do método; regras para a direção do espírito**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DIAS, Antonio Caetano. **O ensino da biblioteconomia no Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade, 1955.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **A sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- DOCUPEDIA. **Mundaneum Tiräng Karteikaarten**. 2012. Disponível em:
<<http://www.google.com.br/imgres?um=1&hl=pt-BR&biw=1241&bih=554&tbm=isch&tbnid=KIuRp5bPqEqGqM:&imgrefurl=http://docupedia.es/cont>



enido/cajones-que-contienen-los-registros-bibliogr%25C3%25A1ficos-del-sistema-bibliogr%25C3%25A1fico-universal-de-
&docid=TWAFKwd_4qisnM&itg=1&imgurl=http://docupedia.es/sites/default/files/Mundaneum_Tir%2525C3%2525A4ng_Karteikaarten.jpg%253F1298890183&w=640&h=569&ei=hwMPUKX1J--K6QHPjIGADg&zoom=1&iact=hc&vpx=551&vpy=235&dur=388&hovh=212&hovw=238&tx=150&ty=163&sig=115366706102986173591&page=2&tbnh=161&tbnw=180&start=26&ndsp=18&ved=1t:429,r:9,s:26,i:180>. Acesso em: 7 de mai. 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

ECO, Umberto. **A memória vegetal**: e outros escritos de bibliofilia. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EISENSTEIN, Elizabeth L. **A revolução da cultura impressa**: os primórdios da Europa Moderna. São Paulo: Ática, 1998.

FEBVRE, Lucien Paul Victor; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Unesp, 1992.

FISCHER, Steven R. **História da Leitura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética da ciência. São Paulo: Unesp, 1995.

GALILEI, Galileu. Carta de Galileu Galilei a Fortunio Liceti em Pádua. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. **Scientiae studia**, v.1, n. 1, p. 75-80, 2003.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Conferências do Georgia Institute Of Technology e a Ciência da Informação: "de volta para o futuro". **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 01-16, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.


GROPP, Dorothy M. Bibliotecas do Rio de Janeiro e São Paulo e o movimento bibliotecário na capital paulista. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 68, p. 205-224, Jul. 1940.

HEIDEGGER, Martin. **Carta sobre o humanismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 7. ed. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.



KUHN, Thomas. **O caminho desde A Estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993. São Paulo: Unesp, 2006.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000b.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc, JACOB, Christian (Orgs.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000a.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. O livro da linguagem. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 7-13, 2000.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARICONDA, Pablo; LACEY, Hugh. A águia e os estorninhos: Galileu e a autonomia da ciência. **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 49-65, maio de 2001.

MEIRINHOS, José Francisco P. **A fundamentação do conhecimento na Scientia Libri de Anima de Pedro Hispano Portugalense**. 1989. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NIETZSCHE, Friedrich. **O nascimento da tragédia**, ou helenismo e pessimismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ODDONE, Nanci. **Ciência da informação em perspectiva histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 157 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ensino e Pesquisa do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2004.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

ORTEGA, Cristina. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia; MARCONDES, Carlos; RODRIGUES, Ana (Org.). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010.

OTLET, P. **Traité de documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934. 431 p. Versão original disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 25 set. 2011.

PEIGNOT, G. **Dictionnaire raisonné de bibliologie**, tomo I. Paris: Chez Villier, 1802.



PESSOA, Fernando. **Mensagem**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ROSA, Guimarães. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

RUSSO, Laura Garcia M. **A biblioteconomia brasileira, 1915-1965**. Rio de Janeiro: INL, 1966.

SALDANHA, Gustavo. **Filosofia da Ciência da Informação: organização dos saberes, linguagem e transgramáticas**. 2012. 439 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Ensino e Pesquisa do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012.

VATTIMO, Gianni. Livro – liberdade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 29-35, 2000.

WADDINGTON, Claudius. O livro e a invenção da modernidade. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 142, p. 135-154, 2000.

ZAHER, Célia R.; GOMES, Hagar E. Da Bibliografia à Ciência da Informação: uma história e uma posição. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972.
